

Burocracia impede início de obras na Treze

Em 2012, foi instaurado procedimento administrativo para apurar riscos de desabamento do cais de proteção da Beira Mar



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Desde 2011 a promotora de Justiça Adriana Ribeiro instaurou um procedimento administrativo para apurar riscos de desabamento do cais de proteção da Avenida Beira Mar, Bairro Treze de Julho, Zona Sul da capital. O processo teve normalização de seu trâmite até dezembro de 2012; como nenhuma providência foi adotada pela municipalidade, a promotora ajuizou ação civil pública para empenhar a retomada de providências.

priorizou a realização da obra, em razão dos riscos à integridade do patrimônio urbano e da vida das pessoas, relatados pelos técnicos que participaram dos estudos, tendo inclusive proibido o tráfego de trios elétricos, durante o Pré-Caju, na referida área.

Nessa linha de ação, o prefeito determinou a construção imediata de um molhe de proteção e requereu licença ambiental à Adema, Órgão Ambiental competente na forma da Lei Complementar 140/2011, o processo está travado com os técnicos do órgão, exigindo detalhes que, pela demora, quando liberada a licença, teme-se que poderá vir a ser tarde demais.

ES

Comunidade quer saber quando as obras terão início"

Eduardo Matos
Secretário

• Alerta

Eduardo Matos alertou aos dirigentes da Adema sobre a Lei 12.608/2012, que disciplina a atuação dos órgãos públicos na prevenção de catástrofes e desastres, atri-

bundo novas regras. Ainda de acordo com o secretário, existe um interesse da população em relação às obras. "A comunidade do Treze de Julho tem ligado para a Secretaria do Meio Ambiente preocupada e querendo saber quando as obras de proteção terão início, esse fato depende da licença da Adema", disse.

É importante frisar que a Lei 12.608 diz expressamente que se deve permitir que um desastre não ocorra. "A situação do calçadão do Bairro Treze de Julho é grave, com possibilidade de um desmoronamento súbito, podendo ter vítimas fatais", afirmam os engenheiros Armando Bezerra de Brito e Demóstenes Costa.